



A psicologia no “chão” da escola: uma análise das práticas no enfrentamento da violência

Psychology on the 'ground' of the school: an analysis of practices in confronting violence

Macksoara dos Passos Rossmann¹, Janaína Mariano César², Ana Paula Santana Coelho Almeida³

¹ Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Aracruz/ES, Brasil.

² Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

³ Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

Correspondência

macksoarapsi@gmail.com

Direitos autorais:

Copyright © 2025 Macksoara dos Passos Rossmann, Janaína Mariano César, Ana Paula Santana Coelho Almeida.

Licença:

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido:

3/3/2025

Aprovado:

2/4/2025

ISSN:

2446-5410

RESUMO

Introdução: Este estudo trata da atuação da Psicologia no ambiente escolar no enfrentamento da violência, destacando os desafios e as possibilidades dessa prática. A pesquisa adota uma abordagem teórica e reflexiva, analisando a relação entre Psicologia e Escola, bem como a necessidade de práticas institucionais que superem respostas individualizantes diante da violência. Também se discute a importância da atuação interdisciplinar e de políticas públicas integradas. **Objetivos:** Problematicar a relação entre Psicologia e Escola no contexto da violência e refletir sobre como sustentar uma prática crítica, equilibrando a urgência das intervenções com a necessidade de transformar as estruturas institucionais que perpetuam a violência. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base na análise institucional, revisão bibliográfica e análise de documentos normativos e acadêmicos. **Resultados:** Ao considerar a escola como um campo de disputas, os processos de transformação ocorrem nas relações entre psicólogos e a comunidade escolar, entre estudantes e equipes pedagógicas, e entre escola e família. O enfrentamento da violência se constrói a partir da articulação entre diferentes atores e da problematização das práticas instituídas. **Conclusão:** Para enfrentar o fenômeno da violência no contexto escolar, é necessário um esforço coletivo e interdisciplinar voltado à transformação das condições institucionais e sociais que sustentam a reprodução da violência.

Palavras-chave: Violência. Educação. Análise institucional.

ABSTRACT

Introduction: This study explores the role of Psychology in schools in addressing violence, highlighting both the challenges and the potential of such practices. It adopts a theoretical and reflective approach, analyzing the relationship between Psychology and the School, and emphasizing the need for institutional practices that go beyond individualizing responses to violence. The study also discusses the importance of interdisciplinary work and integrated public policies. **Objectives:** To examine the relationship between Psychology and the School in the context of violence, and to reflect on how to sustain a critical practice that balances the urgency of interventions with the need to transform institutional structures that perpetuate violence. **Methods:** This is a qualitative study grounded in institutional analysis, literature review, and the examination of normative and academic documents. **Results:** Viewing the school as a space of tension and dispute, the process of transformation occurs through relationships between psychologists and the school community, between students and educational staff, and between schools and families. Addressing violence is built through collaboration among various actors and through the critical examination of established practices. **Conclusion:** Addressing school violence requires a collective and interdisciplinary effort aimed at transforming the institutional and social conditions that sustain the reproduction of violence.

Keywords: Violence. Education. Institutional analysis.

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno multifacetado que se manifesta de diversas formas no cotidiano, sendo inserida no ambiente escolar como uma produção de nossa sociedade. A escola como construção histórica, espaço de aprendizado e convivência é atravessada pelas dinâmicas sociais que expressam as complexidades, tensões e desafios vividos coletivamente¹.

Os episódios de ataque às escolas intensificaram o debate público sobre o que tem acontecido, articulando um debate sobre a violência, segurança nas escolas, a saúde mental de estudantes e a formação dos profissionais que atuam nesses espaços¹. Essa articulação guarda perigos quando é utilizada para controle, culpabilização, desqualificação da escola e redução da complexidade do fenômeno da violência. O fato desses ataques acontecerem no espaço escolar merece atenção, exatamente porque a escola é um espaço fundamental em nossas vidas. Quando a escola é atacada são os princípios importantes de convivência, formação e partilha de conhecimento que estão em ataque².

O aumento dessa violência à escola, que sofreu uma elevação de mais de 50% no número de acontecimentos nos últimos anos, foi analisado em um estudo realizado pelo governo federal, intitulado “Ataques às Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental”. Esse estudo caracteriza este fenômeno como:

Um tipo razoavelmente recente de violência, com características próprias, mobilizado por subculturas de ódio que encontraram nas plataformas da Internet um espaço propício para a articulação de agressões e disseminação do terror³.

A violência é compreendida não apenas como uma ação pontual, mas como um processo complexo, exigindo estratégias de enfrentamento baseadas no fortalecimento de políticas públicas. De modo geral, as situações de violência produziram uma ampliação no campo educacional pela demanda de psicólogos(as) para intervenção diante dos efeitos vividos de sofrimento. Essa ampliação também impactou os debates em torno do projeto de Lei 3.688⁴

que tramitava na Câmara dos deputados desde o início dos anos 2000 e que recebeu promulgação com a Lei 13.935⁵. A lei dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, através de equipes multiprofissionais. A violência esteve presente no debate em torno da lei, juntamente com outros elementos que fundamentaram a presença dessas equipes como uma política de garantia de direitos.

Nesse contexto, este trabalho é um ensaio que surge a partir da inserção profissional de uma das autoras, que atua em escolas desde junho de 2022, e busca refletir sobre as práticas da psicologia a partir do acompanhamento de uma escola que sofreu um ataque. Objetivando-se problematizar a relação estabelecida no campo educacional a partir dessa experiência, analisando como a violência escolar convoca modos de pensar e agir, além dos efeitos individualizantes das estratégias de enfrentamento. Para tanto, utilizou-se a análise do tipo institucional francesa⁶, apropriada em processos de reinvenção no Brasil⁷ e de sua caixa de ferramentas, como a noção de análise de implicação.

Assim, identifica-se a violência como um conceito amplo e complexo. Segundo Helrison Costa⁸ seguindo o pensamento de Foucault, a violência não se apresenta apenas em sua forma explícita, física, mas também como um elemento sutil, integrado ao funcionamento das instituições e dos dispositivos de poder. Nesse sentido, a violência emerge de forma insidiosa por meio de normas, práticas de regulação e mecanismos de controle que podem marginalizar e desumanizar determinados grupos.

A escola não é apenas um espaço de aprendizado formal, mas uma instituição atravessada por relações de poder, normativas sociais e disputas simbólicas. O que torna isso possível é o fato de que o poder não é uma substância ou algo que se possa possuir, não é uma instância ou propriedade de algo ou alguém, não é fixo. O poder circula, pois se efetua em relações, nas quais os sujeitos se constituem⁹. Atualiza-se nas práticas em que se há regulação das condutas há sempre movimentos de resistência.

Como psicóloga escolar, a atuação não se restringe à escuta individual de alunos(as) ou à mediação de conflitos. No dia a dia, há convocação a

responder a demandas institucionais que, muitas vezes, estão mais voltadas à normalização do comportamento do que à transformação das condições que produzem sofrimento. Como sustentar uma prática crítica dentro desse cenário? Como equilibrar a urgência das intervenções com a necessidade de questionar o instituído?

RESULTADOS

A Análise Institucional nos oferece ferramentas para pensar essas questões, ao considerar que as instituições como a escola não são estruturas fixas, mas sistemas dinâmicos, nos quais normas podem ser reproduzidas, contestadas e transformadas¹⁰. A partir dessa perspectiva, a psicologia escolar não é um serviço ou uma ação que se realiza de forma isolada dentro da escola, mas toma parte no funcionamento institucional. Isso implica reconhecer que nossa atuação não é neutra e que estamos sempre atravessados pelas forças e contradições presentes nas instituições.

Ou seja, o conceito de implicação, permite compreender como nos formamos como sujeitos nas práticas institucionais, para além de uma perspectiva individual, revelando uma construção coletiva de valores, crenças e interesses, não se limitando apenas às contribuições acadêmicas, “mas principalmente com as demandas sociais e com as práticas reais que se efetuem e a têm como sustentação”¹⁰.

Gilles Monceau citado por Romagnoli¹⁰ lembra que transformar uma instituição exige fazê-lo a partir de dentro, analisando seus dispositivos, seus discursos e os atos cotidianos que sustentam sua estrutura. Isso significa que a atuação técnica do(a) psicólogo(a) é inseparável da perspectiva analítica e reflexiva. A implicação, nesse contexto, refere-se à forma como estamos posicionados nos estabelecimentos, como nossa prática é atravessada por relações de poder e como respondemos a isso. O trabalho que a análise institucional convida é o da sustentação de um exercício de análise das implicações que nos atravessam e mobilizam: interesses, alianças, o que move efetivamente nossas ações e perspectivas.

Na escola, por vezes a psicologia é frequentemente convocada a atender um mandato social de normalização. Os problemas são encaminhados ao(à) psicólogo(a) como especialista com a expectativa de uma solução rápida e individualizada, que possa aplacar o problema em jogo: um(a) aluno(a) com dificuldade de aprendizagem deve ser “ajustado(a)”, um(a) estudante que desafia as regras deve ser “disciplinado(a)”, uma crise de violência deve ser “contida”. Essa lógica, conforme aponta Coimbra¹¹, tem raízes na própria história da psicologia no Brasil, que, desde os anos 1970, esteve voltada à adaptação do indivíduo, sem questionar as condições estruturais que produzem sofrimento¹⁰.

O desafio é não apenas reconhecer essa demanda, mas analisá-la criticamente. Como aponta Romagnoli¹⁰, “a pesquisa-intervenção, de orientação institucionalista, defende a não separação sujeito/objeto e leva em consideração a implicação do pesquisador, a complexidade e a indissociabilidade da produção de conhecimento da atuação/intervenção”. Ou seja, não há neutralidade possível: o(a) psicólogo(a) escolar faz parte do jogo institucional. A análise da dinâmica das forças institucionais que produzem o jogo em questão e de como o(a) profissional é nele colhido(a) configura um caminho de trabalho e intervenção.

A partir dessa perspectiva institucionalista, os ataques às escolas são acontecimentos que podem ser compreendidos como analisadores, ou seja, situações que revelam as contradições e tensões presentes nas instituições educacionais e nas dinâmicas sociais mais amplas. Segundo Romagnoli¹⁰, os analisadores emergem de forças contraditórias, evidenciando tanto o “instituído” — normas, estruturas e práticas consolidadas — quanto o “instituinte” — as forças criativas e transformadoras que desafiam e transformam o instituído. Ou seja, os analisadores são acontecimentos que evidenciam contradições latentes na instituição como lógica social, tornando visíveis as tensões que habitualmente não ganham visibilidade¹².

O ataque à escola expõe nossos modos de vida em sociedade que constituem a escola como instituição social, visibilizam as tensões, os processos de precarização do trabalho docente, o isolamento

de estudantes e as limitações das respostas à violência. Também visibilizam processos de intolerância em relação à diversidade da vida que faz a escola, a multiplicidade dos corpos, cores, religiosidades, etnias, experiências, relações, que a habita. Esses acontecimentos nos fazem refletir porque a escola é alvo de agressão. Os discursos em torno da questão acabam tomando a escola, alvo, como sendo o lócus da produção de violência³. Há que se ter atenção para o emaranhado de discursos que continuam a atacar a escola na redução do debate a respeito da violência.

A psicologia escolar, ao ser convocada nesses momentos de crise, muitas vezes se vê diante de uma encomenda institucional: atuar para restaurar a normalidade o mais rápido possível. No entanto, se nos limitamos a essa função, corremos o risco de reforçar o instituído e invisibilizar as questões estruturais que precisam ser enfrentadas. O desafio é tensionar essa expectativa, ampliar o olhar para além do evento isolado, promovendo uma leitura mais profunda sobre os mecanismos que sustentam a violência com as outras pessoas no cotidiano escolar.

Portanto, o conceito de análise de implicação refere-se ao modo como o(a) profissional, o(a) pesquisador(a), se insere nos estabelecimentos, reconhecendo que sua presença afeta e é afetada pela experiência. Nesse sentido, a implicação diz dos modos como sentimos e nos localizamos nos espaços e sua análise diz do compromisso de ético-político com as práticas de liberdade, reconhecendo as relações de poder que constituem tanto a produção de conhecimento quanto a transformação social¹⁰. Implicados todos estamos, aponta Lourau¹². Sempre assumimos alguma posição, ainda que isso não esteja explícito. O compromisso com uma educação pública, diversa e plural é o de analisar essas implicações.

No artigo *Implicação, sobreimplicação e implicação profissional* Monceau¹⁴ discute a noção de implicação a partir do movimento institucionalista, diferenciando-a da sobreimplicação e destacando seu impacto na atuação profissional. O autor argumenta que a implicação não é apenas um envolvimento subjetivo ou pessoal do(a) pesquisador(a) ou

profissional com seu campo de atuação, mas uma relação complexa entre sua posição, os valores institucionais e as forças políticas em jogo.

A sobreimplicação, por sua vez, acontece quando o(a) profissional ou pesquisador(a) se engaja deixando de analisar criticamente seu próprio envolvimento, o que pode comprometer a capacidade de intervenção e transformação institucional. Assim, Monceau ressalta a importância de uma postura reflexiva e crítica, na qual o(a) profissional reconhece as implicações que lhe tomam sem ser capturado por elas, permitindo uma análise mais ampla das relações de poder e das estruturas que sustentam determinados modos de funcionamento institucional¹³.

Diante disso algumas questões: Como a psicologia pode enfrentar a armadilha da individualização dos problemas no “chão” da escola? De que forma podemos atuar sem apenas reproduzir a lógica do ajuste e da normalização? Como transformar nossa prática em um dispositivo de análise e questionamento das relações institucionais?

Este texto convida à problematização das posições ocupadas por profissionais em suas práticas, ao analisar que a neutralidade é uma ilusão e que toda atuação está atravessada por forças institucionais. A análise dessas forças é o exercício de fortalecimento de práticas na direção da ética e transformação.

Para melhor compreensão das reflexões, este trabalho está estruturado em quatro seções: a primeira apresenta a psicologia como instituição; a segunda contextualiza e discute a escola; a terceira aborda aspectos da experiência e os desafios enfrentados; por fim, as considerações finais.

DISCUSSÃO

A psicologia como instituição

A psicologia enquanto ciência e profissão é pautada nos princípios dos Direitos Humanos e tem o objetivo de promover a saúde e o bem-estar de indivíduos e coletividades. Esse compromisso éti-

co emergiu a partir de movimentos críticos sobre o saber-fazer da profissão, alcançando reformulações no Código de Ética do Profissional da Psicologia¹⁴ e a organização de diversos documentos de orientação em relação às práticas no campo da psicologia. De acordo com esse código, o(a) psicólogo(a) deve atuar no enfrentamento das diversas formas de violência, discriminação e opressão presentes nas relações sociais. Isso se dá pelo reconhecimento de que as práticas psicológicas estão imersas em relações de poder que influenciam as dinâmicas institucionais e sociais¹.

A psicologia não é um campo de saber-fazer neutro, como aliás nenhum outro o é, é um dispositivo que participa da constituição dos modos de subjetivos na sociedade. Dizer que a psicologia é uma instituição aponta primeiramente para seu caráter provisório, construído, por ser efeito de discursos e práticas. As instituições são lógicas de composição, conforme aponta¹⁵, que a depender de seu grau de objetivação expressam-se em normas, leis, princípios e pautas que direcionam as práticas e a produção de subjetividades. As instituições traduzem um campo dinâmico de forças, de relações de saber e poder, que estruturam as relações sociais e regulam modos de ser e agir¹⁶.

Como instituição a psicologia forma e se informa em organizações e estabelecimentos os mais diversos, como a escola. Trabalhar com a psicologia e com a educação como instituições é dimensionar o fato de que não estão dadas, não são redutíveis a uma única explicação, não são uma coisa apenas, e por ser assim há uma convivência com forças de conservação e de expansão, forças em tensão e reversíveis, que possibilitam mudança. O trabalho com a instituição psicologia, como com a educação ou mesmo a saúde, é o movimento de desnaturalizar e desinstitucionalizar: reapropriar as forças de criação presentes nas instituições para desconstrução gradual e permanente das lógicas que sujeitam e aprisionam a vida.

Patto¹⁷, pesquisadora e professora das relações entre psicologia e educação, propõe, em seus estudos sobre a produção do fracasso escolar, a desnaturalização dessa noção, afirmando que não deve ser vista como um fenômeno inevitável ou natural,

mas como uma construção histórica, fruto de práticas sociais e institucionais. Ela destaca que, quando a psicologia se institucionaliza no Brasil, ocorre em um contexto de grandes transformações sociais, e sua relação com a educação é voltada para a busca de entendimento acerca do aprendizado sem considerar os fatores históricos, sociais, econômicos e discursivos presentes em relação ao aprender. Para a autora, a psicologia compactou com a produção de desigualdades diversas, reforçando relações de poder ao mascarar o problema de estudantes ou de suas famílias. A violência, assim como a produção do fracasso escolar, deve ser compreendida como um fenômeno social, permeado por relações de poder e dinâmicas institucionais históricas que atravessam os estabelecimentos escolares.

Como trabalhadores da psicologia no campo educacional acompanhando efeitos de escolas atingidas por ataques violentos é possível vivenciar as tensões entre a necessidade de um acolhimento emergencial e a urgência de compreender a violência como fenômeno social e institucional. A encomenda de trabalho feita ao psicólogo nesses momentos historicamente tem sido a de restabelecer a normalidade, mitigar o sofrimento imediato e adaptar os sujeitos ao contexto de crise. No entanto, essa atuação pode ser limitada se não houver uma análise crítica das condições institucionais que produzem e perpetuam essas violências. Nesse sentido, problematizar a encomenda é fundamental: até que ponto as práticas adotadas contribuem para uma compreensão mais ampla das condições que sustentam a violência? Quais espaços de análise coletiva dos atravessamentos institucionais, das condições de trabalho precarizadas e dos limites que atravessam à autonomia profissional? Analisar as implicações desse chamado não se restringe à intervenção técnica, mas exige refletir sobre os aspectos que regulam as práticas e sobre a possibilidade de produzir outras demandas, que não apenas reestabeleçam o funcionamento anterior à crise, mas promovam transformações no cenário institucional.

Contrariamente à abordagem tradicional, os movimentos instituintes expandem práticas em psicologia para atuação diretamente nas lógicas institucionais, desafiando e modificando normas,

funcionamentos e relações que perpetuam dinâmicas de poder baseadas na subordinação e na violência. O objetivo nessas práticas é criar condições que promovam mudanças tanto para os indivíduos quanto para as coletividades com as quais compõem, possibilitando passagens para formas de convivência mais solidárias, abertas e disponíveis ao encontro com a diversidade da vida^{1,10,18,19}.

No contexto escolar, essa atuação exige sensibilidade às dinâmicas locais, às relações de poder e às tensões entre alunos, educadores e comunidade. O território escolar, nesse sentido, não é apenas um local de trabalho, mas um espaço de resistência e reinvenção. Aqui, as práticas institucionais podem ser desestabilizadas e reconfiguradas a partir das contradições e demandas coletivas emergentes. Nesse sentido, a atuação no campo da psicologia escolar pode continuar sofrendo modificações na direção da desinstitucionalização das práticas de adaptação de sujeitos às normas estabelecidas, e assim trabalhar na criação de brechas que possibilitem outras formas de ser, estar e fazer escola. Esse processo é exigente quanto à direção ético-política de análise das implicações e reflexão sobre como profissionais nessa área de atuação podem, por um lado, reforçar ou contribuir para a emergência de práticas instituintes que desafiem e transformem o instituído.

Portanto, se faz importante compreender a ciência profissional também como um processo histórico, marcado por tensões e interesses sociais muitas vezes conflitantes, a fim de viabilizar a desinstitucionalização das práticas na linha de frente dos serviços.

A educação como instituição social

A escola como estabelecimento que materializa diversas instituições, inclusive a educação, tem sido amplamente discutida dentro de diferentes campos do saber, incluindo a psicologia, a sociologia, a educação e a filosofia. É compreendida não apenas como um espaço de ensino e aprendizagem, mas também como um lugar onde normas sociais, culturais e políticas se afirmam, movimentando relações de poder, práticas de socialização e a produção

de subjetividade²⁰. Nesse sentido, é importante examinar suas funções e práticas sob diversas perspectivas, desde a produção e reprodução de desigualdades e violências, até a promoção de resistência e transformação²⁰.

A educação é uma das instituições sociais modernas mais importantes na vida cotidiana das pessoas. Sua função na escola não se limita ao ensino de conteúdos acadêmicos, mas à transmissão de um legado histórico-cultural que contribui para a formação dos sujeitos. Como instituição também é atravessada por processos de normalização, atuando como espaço de regulação, conforme proposto por Foucault²¹, ao exercer um controle sobre os indivíduos através de práticas disciplinares, como o acompanhamento de alunos, a avaliação, a classificação e a aplicação de regras de comportamento a escola também exerce práticas de vigilância e controle, constituindo-se como “instituição disciplinar” em que os corpos são monitorados, categorizados e corrigidos, a fim de produzir sujeitos vinculados a determinados padrões sociais. Nesse sentido, o poder não é exercido de forma direta e repressiva, mas por meio da normalização das práticas sociais, que estabelecem o que é aceitável ou não nos estabelecimentos e organizações⁹.

Nesse contexto, a escola é vista como um espaço onde as relações de poder se manifestam de maneira sutil, moldando as subjetividades, produzindo identidades. O conceito de “violência simbólica”, proposto por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron²⁰, complementa a visão foucaultiana, ao indicar que as instituições, muitas vezes, perpetuam formas de dominação e exclusão, baseadas em valores culturais, de classe, etnia e gênero.

No contexto em que a violência se extremiza, como massacres e ataques violentos, é imprescindível compreender que esses eventos não são apenas resultado de comportamentos individuais, mas de uma conjuntura social e institucional complexo. Segundo o relatório da transição governamental de 2022, transcrito no relatório final de 2023 foram observados um interesse incomum por assuntos violentos, tais como obsessão por massacres, genocídios e armas, especialmente armas de fogo, atitudes misóginas e racistas e LGBTIA+fóbicas, e postos

como sintomas de uma cultura de violência que se expressa não apenas em atos físicos, mas também nas interações cotidianas, os discursos e nas normas instituídas nas escolas³.

Portanto, consideramos a educação como instituição, um campo de forças complexo que se materializa nas escolas como espaço de relações de poder, tensões sociais e políticas. O encontro da psicologia com a educação também atualiza tais forças e reproduz dinâmicas desiguais e excludentes. Nesse encontro, nos cabe como profissionais atenção constante às práticas e o exercício instituinte que não se limita a tratar os efeitos da violência e do poder, mas que busca transformar as estruturas e normas que perpetuam essas dinâmicas nas relações.

A psicologia no chão da escola: Quais práticas são possíveis?

As referências técnicas para a atuação de psicólogos na educação básica²² estabelecem orientações propondo uma prática que seja inclusiva, democrática e sensível às especificidades dos contextos escolares. De acordo com o documento, a atuação do psicólogo deve ir além da simples aplicação de intervenções técnicas, reconhecendo a complexidade das relações institucionais e sociais que permeiam as escolas. A psicologia escolar, portanto, não pode ser vista como uma prática neutra ou descomprometida, mas deve se envolver com as dinâmicas de produção de subjetividade e das práticas educativas, levando em consideração as questões sociais, culturais e históricas que impactam o cotidiano educacional.

A característica marcante deste projeto foi contar com o envolvimento de professores e outros membros da comunidade escolar, na construção das temáticas abordadas e dos espaços gerados de circulação da palavra, que assim possibilitaram questionar narrativas silenciadas e estimular reflexões sobre as opressões que atravessam a produção da subjetividade, além de questões sociais relevantes e sensíveis, como a violência de gênero, o racismo, a homofobia e a valorização das culturas indígenas e africanas. A construção do projeto na direção integradora e coletiva possibilitou a criação de um espaço no qual as pessoas foram convidadas

a contribuir para a construção de um conhecimento significativo e socialmente relevante para elas e para a escola com a afirmação de suas vivências, histórias e lutas. Essa atuação exigiu não apenas a compreensão, mas também a problematização das contradições institucionais, considerando as micro-tensões cotidianas que sustentam normas e valores discriminatórios como racismo, misoginia, homofobia e capacitismo.

Um dos maiores desafios foi lidar com a exposição desses temas e problemas no que provoca nos presentes de desconforto, de dificuldade, de recusa. Há dificuldade em aprofundar discussões sobre histórias afro-brasileiras e indígenas, questões de gênero e diversidade, pois em tempos de polarizações, de ameaças a escolas e a professores, pois ainda não é simples confiar que o debate tem força de mudança concreta. Apostar em mudanças, acreditar que podem ser possíveis, não está dado, é também fruto de um trabalho esforçado. A fala de uma estudante expressa essa contradição: “O que se diz não é o que se faz” e a de um professor “Essas temáticas são responsabilidade da família, querem transferir a responsabilidade da família na escola e ainda podemos sofrer represálias das famílias que não concordam com esses valores”. Debates de importância pública que colocam em questão desigualdades as mais diversas têm sido apontados por vezes como pertencendo ao âmbito pessoal, privado. Este não é o pensamento de um indivíduo, é uma produção social e política que se tem realizado sobre a escola e sobre professores na atualidade e que atravessa o contexto institucional, deslegitimando e ameaçando a direção crítica presente na educação.

Apesar do sucesso do projeto e do impacto positivo gerado, os medos e dificuldades em relação ao projeto continuavam presentes, alimentando forças de oposição à sua continuidade. Houve professores que seguiram questionando a relevância das temáticas abordadas, mesmo diante de uma experiência concreta com efeitos interessantes na vida de estudantes, mostrando que as tensões institucionais não se dissipam facilmente. O questionamento do projeto também funciona como fonte de análise, explicitando as forças político-sociais que têm tomado a es-

cola no momento atual. Além de, enunciar as fissuras no instituído, bem como as possibilidades de novas territorializações que afirmam a vida e a dignidade de todos os envolvidos, conforme aponta Romagnoli¹⁰. A aposta nas práticas instituintes acontece no dia a dia, no questionamento de abstrações, no trabalho com as contradições e tensões existentes, na aliança com a diversidade que não se reduz a categorias fixas e homogêneas, mas emerge na complexidade e interações que surgem nas tensões.

Esses encontros e tensionamentos, gerados ao longo do projeto que durou um trimestre, aponta que os mecanismos estabelecimentos no momento, de forma geral operam em favor de determinados discursos, mesmo que existam amparos legais como a Lei nº 11.645/2008²³, que obriga a inclusão do estudo sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Apesar das leis e dos avanços normativos, o processo de mudança precisa emergir da (des)construção na produção de subjetividades. É um trabalho contínuo e coletivo sobre como compreendemos o mundo e os outros, alterando as visões que ainda estão profundamente marcadas por normas e preconceitos históricos.

Ao refletir sobre a atuação da psicologia no campo educacional é inegável a importância de se considerar a construção das subjetividades, visto que nosso trabalho deve estar constantemente atento ao impacto das dinâmicas institucionais sobre a vida dos sujeitos. Como profissionais que atuam juntamente com outras pessoas fazendo educação, uma reflexão nos acompanha: como nossas intervenções podem, mesmo que sem intenção, reproduzir as violências que buscamos combater. As mudanças cotidianas são fruto de um exercício nada simples, posto que coloca nosso corpo em questão: devemos repensar profundamente a forma como as subjetividades são construídas, a maneira como os espaços escolares e espaços sociais podem contribuir para essa transformação.

Como psicóloga nesse contexto há o atravessamento de expectativas institucionais sobre o papel da psicologia, evidenciando o impacto do mandato social da profissão nas práticas. As demandas dirigidas ao “especialista” muitas vezes operam dentro de uma lógica individualizante e familiarista, restringindo o

trabalho ao acolhimento de demandas pontuais e à busca por respostas rápidas e ajustadas à normatividade institucional. No exercício cotidiano, é possível perceber como essa expectativa atua e interfere nas intervenções realizadas, conduzindo, em alguns momentos, a reproduzir práticas de medicalização e patologização da vida, ainda que o compromisso seja o de problematizar essas mesmas dinâmicas.

Nesse sentido, a aliança com uma disposição ético-política e com aportes comprometidos com uma visão crítica, em nosso caso a análise institucional, possibilitaram o exercício de atentar para as práticas instituídas. Como aponta Monceau¹³, fazer a análise das implicações significa reconhecer os atravessamentos que moldam nossa atuação, sejam eles históricos, políticos e institucionais. Assim, foi possível dimensionar que a implicação profissional estava marcada pelo desafio de sustentar uma prática que não se limitasse a responder às demandas institucionais, mas que tencionasse os lugares previamente estabelecidos para a psicologia com a escola.

No entanto, a pressão por resultados concretos e a necessidade de validação institucional frequentemente levam a ambiguidade: ao mesmo tempo em que se buscava promover práticas coletivas e instituintes, também havia captura em exigências burocráticas e normativas que reforçavam o instituído. O desafio, portanto, é encontrar brechas para produzir deslocamentos e novas territorializações, reconhecendo que modos de sentir e pensar instituídos não estavam apenas nos discursos conservadores que habitam a escola, mas também nas próprias contradições do fazer profissional com a psicologia.

Tais brechas surgiam, muitas vezes, a partir dos próprios meios burocráticos institucionais, evidenciando a necessidade de compreender os processos de trabalho para além da transformação da psicologia em atividade tecnicista. Como discutem Prediger e Silva²⁴, esses processos envolvem não apenas o exercício imediato das funções e atribuições, mas também a organização do trabalho, suas condições materiais, normativas institucionais e relações de poder. Assim, atuar na escola nos exige não apenas desenvolver intervenções através da “especialidade” da psicologia, mas implicar-se nos limites e possibi-

lidades instituídas, e das articulações ético-políticas possíveis dentro do território.

Considerando a escola como um campo de disputas, os processos de transformação acontecem na relação entre psicólogo e comunidade escolar, entre estudante e equipes escolares, entre escola e família. São nessas relações tecidas cotidianamente que algo pode acontecer, que se pode gestar a resignificação de políticas educacionais e institucionais que atravessam a instituição educação. A mudança é grupal e coletiva.

CONCLUSÃO

Diante da complexidade da violência no contexto escolar, este trabalho buscou problematizar as práticas da Psicologia Escolar e suas implicações institucionais. A escola, enquanto espaço social e histórico, é atravessada por disputas que refletem as contradições da sociedade, tornando-se um campo privilegiado para a análise das relações de poder e dos processos de subjetivação¹. As tensões que emergem nesse espaço não podem ser reduzidas a episódios isolados ou a uma abordagem meramente tecnicista, mas devem ser compreendidas em sua dimensão política e estrutural.

A Análise Institucional, conforme proposta por Lourau¹², oferece ferramentas para compreender a escola como um espaço dinâmico, onde normas, discursos e práticas são constantemente reproduzidos, contestados e transformados. O conceito de implicação nos permite reconhecer que a atuação profissional não é neutra, sendo fundamental uma postura crítica diante das demandas institucionais^{10,12}. Assim, a Psicologia Escolar deve assumir um compromisso ético-político, evitando o risco da sobreimplicação e analisando suas próprias condições de atuação.

Nesse sentido, a crescente violência nas escolas não pode ser dissociada de processos mais amplos de exclusão, marginalização e controle social¹. A problematização desses fenômenos exige um olhar que ultrapasse a resposta emergencial e individualizante, convocando um esforço coletivo e interdisciplinar. A promulgação da Lei 13.935/2019, que institui a pre-

sença de equipes multiprofissionais na educação básica, representa um avanço na garantia de direitos, mas também demanda reflexões sobre a forma como as políticas públicas podem ser instrumentalizadas para fins de controle e normalização dos sujeitos⁵.

O conceito de analisador, conforme discutido por Romagnoli¹⁰ e Lourau¹², nos permite entender que os ataques às escolas são mais do que eventos isolados; eles evidenciam as fragilidades e contradições da instituição escolar, tornando visíveis questões que costumam ser silenciadas. Dessa forma, a Psicologia Escolar deve atuar na criação de espaços de análise e reflexão, tensionando as normativas vigentes e abrindo possibilidades para novas formas de convivência e resistência.

Além disso, é necessário problematizar as políticas de “cultura de paz”, amplamente difundidas. Quando aplicadas de maneira superficial, sem um debate crítico sobre as condições estruturais que perpetuam a violência, essas iniciativas podem reforçar uma visão despolitizada do problema, desviando o foco das relações de poder que sustentam as desigualdades². Assim, é fundamental que a Psicologia Escolar contribua para a construção de práticas que não apenas pacifiquem, mas que efetivamente transformem as relações sociais dentro do espaço escolar.

Portanto, a Psicologia Escolar, quando comprometida com a análise das implicações e das dinâmicas institucionais, pode se tornar um campo potente para a reinvenção das práticas educacionais. Esse compromisso exige não apenas responder às demandas que lhe são dirigidas, mas questionar as bases que sustentam essas solicitações, contribuindo para um projeto de educação pública que valorize a diversidade e promova relações mais justas e igualitárias. Assim, a escola, longe de ser um espaço dado e imutável, pode ser compreendida como um campo de possibilidades – e é nesse campo que a Psicologia pode atuar de forma crítica, ética e transformadora.

Dessa forma, este trabalho convida a repensar não apenas as práticas da psicologia no contexto escolar, mas também a forma como outros campos do saber, como saúde, assistência social e justiça, constroem suas abordagens sobre a violência. O modo hegemônico de tratar o problema de forma individualizante e dissociado das questões sociais não

é exclusivo da psicologia, mas atravessa diferentes áreas que atuam no espaço escolar. Assim, pensar a violência à escola requer um esforço coletivo e interdisciplinar que vai além do atendimento pontual e emergencial, direcionando-se para a transformação das condições de produção da violência.

REFERÊNCIAS

- Bicalho PPGD, Coimbra CMB, Castro ALDS, Maldos PRM. Psicologia e Direitos Humanos: Compromisso Ético-Político da Profissão. *Psicol cienc prof.* 2024;44(spe1):e287399.
- Machado AM, Fonseca FP. Violência às escolas: reflexões. São Paulo: Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP; 2023.
- Brasil. Ministério da Educação. Relatório: ataques às escolas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação; 2023.
- Brasil. Projeto de Lei nº 3688, de 31 de outubro de 2000. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Diário da Câmara dos Deputados; 2013.
- Brasil. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União; 2019.
- Lourau R. Objeto e método da análise institucional. In: Altoé S, organizador. René Lourau: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec; 2004.
- Rodrigues HBC. Análise Institucional, Genealogia, História Oral: fabricando Intercessores em pesquisa e intervenção. Curitiba: Appris; 2024.
- Costa HS. Poder e violência no pensamento de Michel Foucault. *Sapere Aude.* 2018;9(17):153–70.
- Foucault M. *Microfísica do poder.* São Paulo: Graal; 2006.
- Romagnoli RC. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicol Soc.* 2014;26(1):44–52.
- Coimbra CMB. Guardaiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; 1995.
- Lourau R. *A análise institucional.* 6. ed. Petrópolis: Vozes; 1993.
- Monceau G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Psicol Soc.* 2008;22(1):53–61.
- Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional dos Psicólogos: Resolução nº 10/05. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2005.
- Baremblyt G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.* Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari; 1992.
- Pereira WCC. Movimento institucionalista: principais abordagens. *Rev Psicol Teor Prat.* 2007;7(1):6-16.
- Patto MHS. Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar. *Mnemosine.* 2004 jul 29;1(0):203-225.
- Barros NF, Benevides FF. *Práticas pedagógicas e práticas sociais.* São Paulo: Editora X; 2007.
- Rossi A, Passos E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Rev Epos.* 2014;5(1):156–81.
- Bourdieu P, Passeron J-C. *A reprodução.* 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1992.
- Foucault M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* 40. ed. Petrópolis: Vozes; 2009.
- Conselho Federal de Psicologia. *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica.* Edição revisada. Brasília: CREPOP; 2019.
- Brasil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. *Diário Oficial da União: Brasília, DF; 2008. Seção 1, p. 1.*
- Prediger J, Silva RAND. Contribuições à prática do psicólogo na educação profissional. *Psicol cienc prof.* 2014;34(4):931–9.

DECLARAÇÕES

Contribuição dos autores

Concepção: MPR, APSCA, JMC. Investigação: MPR, APSCA, JMC. Metodologia: MPR, APSCA, JMC Coleta de dados: MPR. Tratamento e análise de dados: MPR, APSCA, JMC Redação: MPR, APSCA, JMC. Revisão: APSCA, JMC. Aprovação da versão final: MPR, APSCA, JMC. Supervisão: APSCA, JMC.

Agradecimentos

Ao curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral, uma Parceria UFES/SEAD.

Financiamento

UNAC – 2023. Edital FAPES nº 1223/2022 P 2022-40x90.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com os autores.

Editores responsáveis

Carolina Fiorin Anhoque, Blima Fux, Franciéle Marabotti Costa Leite.

Endereço para correspondência

Rua Bougainville, 321, Coqueiral, Aracruz/ES, Brasil, CEP: 29199-132.